

Segunda Edição _____.

*Reforma Universitária e Mudança Social**

Florestan Fernandes

Sociólogo, professor emérito e catedrático de Sociologia I da Universidade de São Paulo (USP), e deputado federal pelo Estado de São Paulo

A reforma universitária já é, em si mesma, uma manifestação da mudança social, ao nível institucional. As pressões de mudança, a partir do meio externo e da própria universidade, precisaram tornar-se muito fortes para que ela se desencadeasse.

Na presente discussão não iremos analisar vários problemas centrais em um estudo sociológico do assunto. Deixaremos de lado tanto as causas e os efeitos da resistência à reforma universitária, por parte círculos conservadores, em geral, e dos professores ou profissionais liberais, em particular, quanto as várias etapas percorridas pelo equacionamento, difusão e consolidação das várias correntes de opinião, que desembocaram no vasto processo atual. Depois que se constituíram as nossas universidades nominais, pela conglomeração das escolas superiores preexistentes, e a criação das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, as primeiras críticas sistemáticas à estrutura, funcionamento e rendimento da "universidade brasileira" partiram dos chamados pioneiros da educação nova, de professores universitários ligados principalmente ao setor da pesquisa e dos graduados que adquiriram melhor formação científica, a qual serviu de suporte à paulatina cristalização de uma mentalidade universitária no

* Originalmente publicado na revista *Argumento*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.1, n.3, jun. 1974. Reproduzido com permissão do autor, a quem agradecemos a gentileza.

Brasil. As coisas caminharam tão depressa, durante as décadas de 40 e 50, que a reforma universitária passou a ser uma reivindicação geral nos quadros universitários jovens e logo caiu, graças à colaboração destes com os estudantes, no âmbito das "reformas de base" ou das "reformas de estrutura" das grandes organizações estudantis, como a UNE e suas congêneres estaduais.

A presença maciça dos estudantes marcou uma alteração substancial nos objetivos e formas de atuação das correntes anteriores. Elas punham a questão em termos de uma crítica abstrata da situação existente e de reivindicações ideais, defendidas apenas no plano das ideias. Os poucos jovens universitários atuantes não contavam com meios de ação para irem além dessa postura, dependendo totalmente dos estudantes e de suas organizações para passarem ao plano da "pressão de massa" e da ação. Os estudantes começaram propondo-se a reforma universitária como uma tarefa puramente interna e imanente à reconstrução espontânea da universidade brasileira'. Todavia, a resistência crônica da maioria do corpo docente, a inércia cultural da própria instituição e a apatia política da sociedade brasileira diante da questão, mesmo através de governos tidos como "populistas" e "pró-esquerdistas", conduziram os estudantes a radicalizarem suas exigências e a reformulá-las politicamente. Descobrimos que seria impossível "mudar a universidade" sem "transformar a sociedade", eles deram novo ímpeto às correntes reformistas e empalmaram seu controle ideológico².

Esse breve resumo sugere duas coisas importantes. Primeiro, em comparação com outras sociedades nacionais latino-americanas, a reforma universitária surgiu, como movimento social, com relativo atraso no Brasil

¹Primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em Salvador (maio de 1961), do qual o autor deste trabalho participou, com uma exposição sobre "As Funções da Universidade no Meio Social Brasileiro", por exemplo, que preocupava-se substancialmente com a renovação institucional da universidade.

²Não nos interessa discutir aqui pormenores da história da reforma universitária como movimento social. O leitor que se interessa pelo assunto encontrará as principais indicações em Marialice Mencarini Foracchi, *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965, cap. 5; e "Estudante e Política no Brasil", *Aportes*, Paris, janeiro de 1968, n. 7. p. 89-101.

(na Argentina, por exemplo, na década de 20, ela já levava às reivindicações quantitativas ou qualitativas conhecidas e produzia frutos legais). O meio brasileiro demonstrou menor maturidade intelectual e pequena vitalidade crítica. Mesmo depois da reforma universitária ser defendida até pelos círculos militares e empresariais, caindo no domínio da "política conservadora", ainda revelamos profundas debilidades no delineamento das mudanças internas substanciais por que deve passar a "universidade brasileira". Segundo, em compensação, o movimento eclode com maior violência — como "desafio às estruturas arcaicas" — e tende, em suas tendências mais atuantes, a exigir "a negação da ordem social existente". Portanto, nasce com uma impregnação política que o primitivos movimentos latino-americanos de reforma universitária não possuíam. Eles eram, basicamente, manifestações utópicas do "pensamento crítico liberal". Suas polarizações com a "negação da ordem" eram superficiais ou então, faziam parte das orientações ideológicas de facções direitistas, socialistas ou comunistas do movimento.

Não dispomos de dados e de conhecimentos indiretos para examinar todos os aspectos de uma eclosão reformista tão ampla e complexa. Pensamos que a rapidez do processo foi negativa, principalmente para a universidade. Grupos dissidentes reduzidos viram-se, de uma hora para outra, travando duas batalhas desiguais, sob constante perda da iniciativa, pelo menos provisória, em favor dos círculos conservadores. Nem sequer tiveram tempo de concatenar, amadurecer e depurar seus alvos ideais na luta pela reconstrução da universidade. Operaram, assim, mais como uma força de condenação, que impunha a destruição das "estruturas arcaicas", como um fator histórico inexorável. Como os círculos conservadores detinham o controle político da situação global, eles absorveram o impacto e acabaram liderando a modernização, fazendo-a desaguar no tradicional impasse histórico-social em que se encontra a sociedade brasileira. No entanto, existem aspectos positivos. A destruição envolve uma reposição: os homens não destroem socialmente senão aquilo que eles querem reconstruir. Os alvos e os objetivos visados contêm, pois, o que é substantivamente

"dinâmico" e "construtivo" do movimento de reforma universitária. A anomia e a apatia da sociedade brasileira, somadas à capacidade de obstrução e de resistência sociopática à mudança dos círculos conservadores no poder, converteram a reforma universitária em um parto difícil. Isso não impediu que os alvos e os objetivos ganhassem a cena histórica e neles se impusessem como os verdadeiros polarizadores a longo prazo da "reconstrução da universidade" e da "transformação da sociedade".

Vamos limitar-nos a este aspecto. Aliás, ele é que nos separa do passado e oferece uma linha divisória em relação ao futuro distante. Os que defendem a ciência, o pensamento crítico e a pesquisa criadora vivem de esperança. Uma esperança ténue e irracional, mas que se alimenta de lutas incessantes e sem tréguas. Os ganhos podem parecer irrisórios e a própria causa excessiva para as forças que conseguimos mobilizar socialmente. Não obstante, não estamos em confusão moral e em retirada. São os outros, os corifeus do pensamento conservador e seus seguidores, que perdem terreno. Por isso, vale a pena reexaminar alvos e objetivos latentes ou explícitos, tentando estabelecer o que ele significam nos três níveis distintos: 1º) da universidade, considerada como núcleo institucional das mudanças previstas e desejadas; 2º) da sociedade, encarada como o *locus* das ações reformistas e, portanto, como o princípio e o fim daquelas mudanças; 3º) das relações estruturais e dinâmicas da universidade com a sociedade, porque uma não pode se alterar sem precipitar alterações concomitantes na outra.

A reforma universitária no âmbito institucional

No plano institucional, o movimento de reforma universitária possui duas vinculações exclusivas. Uma, voltada para a destruição de modelos institucionais que são autênticas sobrevivências do "antigo regime"; outra, orientada para a construção da *universidade nova*.

Não nos interessa retomar e aprofundar, aqui, a análise e a crítica do

que foram, institucionalmente, as escolas superiores tradicionais e as universidades conglomeradas, a que elas deram origem. O fato é que a "escola superior tradicional" e a "universidade conglomerada" constituíam versões pobres de uma precária assimilação de "modelos arcaicos" de ensino superior. Elas organizavam a vida intelectual como parte de uma "situação colonial" crônica de dependência cultural. Produziram efeitos construtivos — pois a função de formar um tipo de bacharel, apto para desenvolver várias atividades intelectuais, ligadas às profissões liberais, à "cultura desinteressada" ou às atividades práticas, de natureza burocrática ou política, e para preencher os papéis intelectuais correspondentes, envolvia consequências intelectualmente produtivas — sem dinamizá-los, diferenciá-los e convertê-los, contudo, no arcabouço de uma instituição educacional e cultural *em crescimento*, e no suporte de um desenvolvimento educacional e cultural *auto-sustentado*. Os modelos institucionais, segundo os quais elas se configuravam, chegaram ao extremo de ser suplantados pelas exigências educacionais e culturais emergentes. Ocorreu um *lag* ou demora cultural; a sociedade alterou-se com maior intensidade, apresentando necessidades educacionais e culturais que a "escola superior" e a "universidade" não podiam (e "não queriam", através da vontade predominante tradicionalista dos professores) satisfazer. Ao longo da evolução republicana, em menos de meio século, as principais instituições de "ensino superior" e de "alta cultura" deixaram de exprimir as pulsações e as inquietações da sociedade envolvente. Esta abria-se para a crise do mundo capitalista moderno e precisava de novas técnicas sociais de saber e de ensino; aquelas imobilizavam-se numa viscosa intemporalidade, perdendo sua eficácia até para a preparação de profissionais liberais.

A reforma universitária emergiu como tentativa de mera regeneração e recuperação institucionais. Não se atentou, durante as décadas de 30 e de 40, que os modelos institucionais vigentes haviam passado por um secular processo de abasileiramento. Em consequência, a correção de seus defeitos estruturais ou funcionais não dependia, apenas, de alterações

puramente institucionais. Para eliminar tais defeitos (mantidos os antigos modelos) seria preciso modificar, concomitantemente, as relações da escola superior tradicional e da universidade conglomerada com a sociedade (especialmente com os "interesses criados" das profissões liberais e dos círculos sociais conservadores). Perdeu-se muito tempo nessa direção. No fundo, os quadros intelectuais jovens das universidades brasileiras eram vitaminados pela ideologia educacional, pseudamente "avançada" e "liberal", das *elites* culturais. A ruptura se deu graças ao desmascaramento espontâneo: as diversas pressões, procedentes dos diferentes setores da pesquisa científica, da atividade intelectual crítica e da fermentação propriamente política, caíram no vazio. Tanto na Universidade de São Paulo, quanto no plano federal, evidenciou-se que a escola superior tradicional permitia tão-somente uma renovação de fachada. Esta ocultava, de modo permanente, não só a perpetuação e o agravamento das velhas distorções, mas o aparecimento e a propagação de novas inconsistências³. Aos poucos formou-se e generalizou-se a convicção de que a velhas escolas superiores e a universidade são inconciliáveis. As realizações que tentaram essa transição perdiam, assim, o seu fascínio; e o problema real passava a ser o de como construir a "universidade brasileira", partindo-se do patamar limitativo ou obstrutivo da escola superior tradicional. O afã de "regenerar" e de "recuperar" os antigos modelos institucionais cede lugar, então, a um novo tipo de aspirações ideais. Tendia-se a refletir numa dupla direção crítica. De um lado, procurava-se pôr em evidência a qualidade e a variedade das exigências urbano-industriais no Brasil, mas que não eram atendidas (ou eram atendidas deficientemente) pela escola superior tradicional e pela universidade conglomerada. De outro, atentava-se para os requisitos educacionais e culturais da civilização urbano-industrial emergente e para a impossibilidade de atendê-los através dos modelos

³Para o autor e vários os seus companheiros de geração a situação crítica irreversível surgiu com as duas cnses que atravessou a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras em 1958 e 1959 (cf Florestan Fernandes, *Educação e Sociedade no Brasil*, São Paulo, Dominus Editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1966, Parte II, caps 4 e 5). "Então se iniciou, para nós, a análise sistemática da 'universidade conglomerada' e a luta por sua superação".

institucionais existentes. Daí resultavam: 1^o) um novo estilo de consciência e de explicação das deficiências qualitativas do "ensino superior"; 2^o) uma nova formulação da "ideia de universidade". Descobriu-se que não adiantava, pura e simplesmente, multiplicar os estabelecimentos de ensino superior. As massas crescentes de matrículas e de graduados escondiam uma mentira estatística. Em vez de sanar as deficiências, agravávamos a situação, difundindo a "má escola" e o "mau ensino". E, o que era em si mesmo mais importante, que deviam ser procuradas novas vias de superação do impasse, mediante a criação de modelos institucionais de universidade que respondessem, simultaneamente, aos requisitos ideais de civilização urbano-industrial, às necessidades educacionais ou culturais emergentes e às possibilidades materiais ou humanas da sociedade brasileira. Foi nesse momento, portanto, ao encerrar-se a década de 50, que a reforma universitária ganhou proporções internas e dimensão histórica de "movimento social". As intenções reformistas dentro do "ensino superior" e da "universidade" deixam de ser apanágio do pensamento crítico individual para se converterem em expressão de um "querer social" empenhado na criação da *universidade brasileira*.

Sob essa perspectiva, a reforma universitária atingiu seu clímax histórico como um movimento social, que procura ajustar atitudes e comportamento inconformistas de estudantes ou professores universitários à necessidade de adaptar a universidade às exigências educacionais e culturais da sociedade brasileira em transformação. Dois elementos são importantes em tal definição.

Primeiro, a *universidade ideal* não foi projetada como uma unidade perfeita e acabada, mas representada à luz das funções reais ou potenciais que ela deveria preencher na sociedade inclusiva. Assim, separava-se a construção da nova universidade das relações de imitação, assimilação e dependência culturais em face das nações capitalistas "avançadas", "centrais" ou "hegemônicas". Tendo-se em vista o padrão de civilização vigente, a comunicação com o exterior, nessa matéria, é inevitável e em si mesmo produtiva. No entanto, não se esboçou — como sucedeu no início

do século XIX — a tendência a importar modelos institucionais resultantes da experiência histórica de um povo determinado (Portugal, na ocasião). Ao contrário, prevaleceu a disposição de expurgar a universidade conglomerada de suas inconsistências estruturais e de suas deficiências funcionais, promovendo-se a valorização do todo estrutural-funcional, que se apresentava dado na experiência histórica brasileira. Este fato é deveras importante, porque evidencia a existência, no bojo do movimento de reforma universitária, de uma tendência ao aproveitamento racional dos recursos materiais e humanos investidos no "ensino superior brasileiro". As funções potenciais a serem exploradas ou reelaboradas foram extraídas dos requisitos da civilização urbano-industrial, ao nível de complexidade que ela alcançou no Brasil e da continuidade do seu desenvolvimento no futuro. Segundo, as conexões profundas da universidade com a sociedade brasileira foram localizadas com referência a uma sociedade nacional dependente e subdesenvolvida em transformação. Por conseguinte, as funções realizadas, latentes ou manifestas da "universidade" podiam ser compreendidas como parte de processos civilizatórios dos quais o Brasil participa naturalmente. O "padrão de desenvolvimento dependente" pressupõe e acarreta forma de crescimento educacional e cultural que envolvem "progresso educacional" e "progresso cultural", embora não sejam as formas de crescimento típicas da evolução primordial, independente e auto-sustentada. O movimento de reforma universitária não ficou preso a essas funções, como faz o pensamento utópico-pedagógico brasileiro, dominado por um liberalismo tradicionalista e conservador. Ao contrário, ele deu maior importância às funções potenciais, reconhecidas ou não, que surgem como requisitos dinâmicos da emergência e da expansão graduais da civilização urbano-industrial no Brasil. A partir daí, ganhou relevo a concepção de que a universidade constitui um complexo sistema institucional, dotado de organização estrutural-funcional pluridiferenciada e de dinamismos de autocrescimento duplamente polarizados (para dentro do sistema, as suas unidades, menores ou intermediárias, e a universidade como um todo; e

para fora: outras instituições, as comunidades locais, conjuntos regionalmente interdependentes de comunidades locais e a sociedade global). Não só a "função de ensinar" passava a ser concebida como uma função a ser desdobrada e diversificada, de modo a inserir-se o ensino pós-graduado entre as tarefas centrais da universidade em uma sociedade que precisa racionalizar socialmente a seleção e o aproveitamento intensivo do talento. O ensino graduado entrou em uma nova categoria, sendo representado como um ensino para "grandes números" (ou de massa), mas sem caráter magistral e técnico-propedêutico (ou seja, como um ensino pré-especializado, informativo e formativo, de maneira a equipar o estudante para a rápida aprendizagem e a realização eficiente dos papéis intelectuais inerentes às diversas especialidades profissionais). Literalmente falando, essas são as implicações de qualquer "modernização do ensino superior" que procura ajustá-lo às exigências educacionais e culturais do mundo urbano-industrial ou simplesmente urbano brasileiro. A mesma concepção também dava relevo a três outras funções da universidade, tolhidas ou deprimidas até o passado recente. A "função de pesquisar", concebida como uma função de importância equivalente à do ensino e ainda mais decisiva para a aceleração e autonomização do desenvolvimento educacional e cultural do país, por causa das consequências diretas ou indiretas da expansão interna da ciência e da tecnologia avançada. A "função de criação intelectual", antigamente tolhida e irrelevante, por desenrolar-se sistematicamente através dos papéis intelectuais dos profissionais liberais, e que hoje precisa ser coordenada, intensificada e dirigida pela universidade, da qual a sociedade espera a produção original ou a impulsão a certos tipos de saber. E a "função de gerar um pensamento crítico", tanto sob a modalidade de autoconsciência dos problemas da sociedade nacional e seus dilemas na civilização vigente quanto sob o modo de reflexão crítica sobre o destino do homem nessa civilização e a natureza das "grandes opções históricas" (que ela nos oferece, ou que podemos criar através de seus recursos materiais e humanos). Ainda aqui, portanto, não prevaleceu a antiga obcecação de importar "instituições

prontas e acabadas". A experiência de outros povos — porventura "avançados", "centrais" e "hegemônicos" — serviu somente para esclarecer o caráter dos arranjos institucionais envolvidos por uma "universidade integrada e multifuncional", ou o sentido de sua contribuição para formas autônomas de desenvolvimento educacional e cultural.

Em resumo, a reforma universitária, depois de adquirir a consistência e as influências de um movimento social, equacionou ideais novos de organização da universidade. O repúdio às "estruturas arcaicas" do ensino superior fez-se acompanhar por uma busca inquietada e ardente de soluções alternativas, adaptadas à melhor utilização dos recursos materiais e humanos existentes ou exploráveis e à autonomização educacional e cultural da sociedade brasileira. Por isso, o movimento defende um novo padrão de organização institucional da universidade, que desemboca, em termos da tradição ocidental moderna, no que se poderia designar como um modelo de *universidade integrado e multifuncional*. Esse padrão de organização põe os universitários — estudantes, professores, pesquisadores ou administradores — diante de tarefas totalmente novas. As mais específicas e marcantes dessas tarefas é reconstruir internamente a universidade (em suas partes, no seu todo e em seu rendimento); dentre as mais complexas e gerais, adaptar a estrutura, o funcionamento e o crescimento da universidade brasileira ao papel histórico que ela deve ter como fonte de negação e de superação da dependência cultural e do subdesenvolvimento educacional. Nas fronteiras do presente e do futuro, a universidade brasileira não deverá contentar-se em contribuir para "acelerar o desenvolvimento". Ou ela será capaz de produzir um novo padrão intelectual de desenvolvimento educacional e cultural "autônomo", ou ela submergirá, outra vez, tragada por um processo de senilização precoce que fará dela um "rebento moderno de estruturas arcaicas" ou uma "objetivação arcaica dos tempos modernos". A reforma, com que a universidade brasileira depara, é total e completa. Abrange a sua constituição e modo de ser, o seu rendimento intelectual e a sua relação com o destino histórico da sociedade brasileira.

A reforma universitária no âmbito societário

O movimento da reforma universitária esbarrou com uma resistência intensa e multiforme dentro das escolas superiores. Entretanto, essa resistência não era especificamente intelectual. Quase se pode dizer que ela fazia parte e exprimia dramaticamente uma "tradição cultural". O "poder de dirigir e de fazer escolhas" sempre foi indiscutivelmente, uma prerrogativa do "setor ilustrado e responsável" da coletividade. Em poucas palavras, sempre foi exercido pelas *elites* dos estratos sociais que pertenciam à *sociedade civil*, os quais detinham o monopólio do poder político institucionalizado, e o exerciam como se agissem em nome da coletividade como um todo. No fundo, a célebre interpretação do *mandato abolicionista*, feita por Nabuco, segundo a qual o abolicionista obedeceria a uma delegação inconsciente, da parte dos que a faziam, e seria assim o "delegado gratuito" de seres que, "de outra forma não teriam meios de reivindicar os seus direitos nem consciência deles"⁴, é válida até hoje. Os círculos conservadores, de extração tradicional ou de origem recente, representam-se como sendo os únicos com condições intelectuais, morais e políticas para "tomar decisões de interesse coletivo", e para "gerir responsabilmente a nação". A intensa mobilidade social horizontal ou vertical e as fortes mudanças culturais ocorridas na sociedade civil, servindo de baliza política ao pensamento e ao comportamento conservadores. Os professores que resistiam à reforma universitária agiam menos como "catedráticos" que como os representantes desse estado de espírito conservantista dentro das escolas superiores e das universidades. O poder que eles não queriam dividir e "degradar", não era o poder inerente à cátedra e à instituição — mas o poder que lhes advinha do fato de representarem na cátedra e na instituição, aquele poder mais geral e intocável, dos estratos sociais "ilustrados" e "responsáveis" os únicos que seriam "capazes de decidir" e de fazê-lo "em nome de todos".

⁴Cf. Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, Londres, Tipografia de Abraham Kingdon & Cia., 1883, p.17-23.

Sob esse aspecto, o movimento de reforma universitária teria, mais cedo ou mais tarde, de desmascarar esse estilo de resistência à mudança e de combater, diretamente, suas fontes reais. A cátedra não se apresentava, apenas, como um núcleo de preservação e de fortalecimento de modelos escolares ou de hábitos educacionais arcaicos. Ela era, por sua essência, o bastião do pensamento e do comportamento conservadores dentro da escola superior isolada ou da "universidade". Combatê-la equivalia a declarar guerra aberta aos próprios círculos sociais que compunham a sociedade civil e monopolizavam socialmente, por meio dela, o poder econômico, cultural e político. É importante que se compreenda isso claramente. Caso contrário, não se entenderá: 1º) a aparentemente estranha importância conferida pelos estudantes e pelos professores mais ou menos propensos à mudança à "guerra de vida e morte" declarada à cátedra; 2º) a reação monolítica das classes conservadoras, que se opuseram à reforma universitária como se ela constituísse um cataclismo social e só cederam tardiamente, de má vontade e com intento dissimulado de absorver o controle direto ou indireto das fases políticas dos processos de reconstrução da universidade; 3º) a extensão inevitável do confronto das "forças conservadoras" e das "forças radicais", do plano restrito da universidade para o cenário mais amplo da sociedade global. Em síntese, ao pôr em questão as estruturas arcaicas do ensino superior o movimento de reforma universitária ameaçava as estruturas arcaicas de todo o sistema. E, para vencer a resistência às inovações dentro da instituição, ele tinha de provocar, combater e sobrepujar a resistência sociopática à mudança das próprias classes sociais dominantes. O paradoxo da situação aparece no fato de que estas cederam, antes de se verem propriamente derrotadas. Em consequência, o significado do combate à cátedra perdeu sua substância política e cultural, sem que as várias correntes do movimento da reforma universitária se dessem conta do que estava ocorrendo. Continuaram seus ataques a uma estrutura de poder que se esvaziara, e não reorganizaram a estratégia global, que deveria ter-se deslocado, rapidamente, para o plano especificamente político-administrativo e legal, no qual se operou a

revitalização, agora amplamente dissimulada, da resistência conservadora à reforma universitária.

O fato crucial é que a irracionalidade da reação conservadora forçou o deslocamento das pressões pela reforma universitária⁵. Ao atingir o caráter especificamente histórico de movimento social, ele sobrepõe, ao objetivo primordial, de reconstrução da universidade, a missão de negar, através da "negação das estruturas arcaicas da universidade", a ordem social existente e o monopólio conservador do poder. A inexistência de meios normais e institucionais de participação cultural e política dos jovens, a ilegalidade das organizações estudantis e a repressão policial-militar (que se tornou cruel e sistemática depois de 1964), contribuíram poderosamente para que essa missão adicional se convertesse no elemento político do movimento de reforma universitária e, no final das contas, na principal fonte de sua propagação e explosão. O afã de destruir a velha escola superior e a universidade que ela gerou não passou a segundo plano. Da mesma maneira, o afã de construir a universidade "nova", "crítica" e "democrática" não perdeu sua importância anterior, nem o significado utópico que possuía, como tentativa de modificar a realidade histórica. O que se transformou, em sentido profundo, foi o clima intelectual, moral e político do movimento, e o modo de encarar a própria viabilidade da reforma universitária. Enquanto se confiou na "racionalidade burguesa", supunha-se que a reconstrução da universidade dependia de soluções técnicas. Depois que se constatou que a racionalidade em questão se definia num plano muito estreito e que ela, sob a obsessão do monopólio do poder, avaliava e selecionava politicamente as soluções técnicas, a reconstrução da universidade redefiniu-se como problema político. Uniram-se os dois pólos: a reforma universitária equacionava-se como

⁵Sobre a irracionalidade do comportamento conservador, cf Florestan Fernandes, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968, pi 15-126; e sobre o caráter sociopático de sua reação à mudança, cf. idem, *A sociologia numa Era de Revolução Social*, São Paulo, 1963, Companhia Editora Nacional, esp. cap. 7 (ver também cap. 8); sobre a inadequação do horizonte cultural aos problemas sociais emergentes, cf idem, *Mudanças Sociais no Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960, cap. I (esp. p. 62-79), c cap. X (esp. p. 274-280).

uma reforma da sociedade. A razão? E que não se via como aplicar as soluções técnicas, descobertas ou viáveis, mantidas as condições atuais; isto é, sem o controle do poder pelos que desejavam e exigiam, socialmente, a reforma universitária. Como escreve Gorz, "o que é possível tecnicamente não é durante muito tempo possível politicamente"⁶. O que se pretendia era tornar "politicamente possível" o que se sabia ser "tecnicamente possível" e "historicamente necessário".

Bem ponderadas as coisas, seria difícil que o pêndulo não girasse da forma indicada. O cerceamento conservador não pára no plano técnico. Ele tende a aprofundar-se, pela dinâmica mesma de seus interesses sociais e de seus alvos políticos. Só sob a hipótese de um regime social estável e sob total controle conservador, este se mostra capaz de combinar racionalmente *interesses particularistas e interesses coletivos*. Tome-se, como exemplo, a atuação inovadora de Nabuco de Araújo, através de vários papéis políticos e burocráticos que desempenhou⁷. A criação de uma ordem legal, que coibisse o mandonismo, a violência e a opressão dos poderosos aparecia como requisito *sine qua non* da formação e da consolidação de uma sociedade nacional integrada. Em semelhante contexto, certas facções conservadoras, puramente reacionárias e obscurantistas, podem-se opor à mudança. Mas o pensamento conservador é capaz de apreendê-la, ao nível das soluções técnicas; e o comportamento conservador é capaz de consumá-la, ao nível das soluções políticas. Estabilidade social e poder de controle, eis os ingredientes que impedem o pensamento e o comportamento conservadores de se sentirem ameaçados, infundindo-lhes eficácia prática como dimensão volitiva e inteligente da mudança sociocultural. No entanto, alteradas essas condições, ambos perdem seu ponto de equilíbrio e sua faculdade de orientação racional. Sob forte instabilidade social e sob riscos de

⁶ André Gorz, *O socialismo Difícil*, trad. de Mana Helena Kuhner, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968, p.82.

⁷ Cf Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*. Nabuco de Araújo: sua Vida, suas Opiniões, sua Época, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª edição, 1936, (2vol.), passim.

incapacidade potencial ou real de controle da situação, o pensamento e o comportamento conservadores tornam-se fundamentalmente reacionários. Então, tendem a projetar a mudança na esfera política, tentando descobrir os seus eventuais efeitos, a curto e a longo prazo, nas estruturas de poder existentes. Toda mudança, principalmente toda mudança que pareça concorrer para deprimir o controle conservador e ameaçar direta ou indiretamente o monopólio conservador do poder é exposta à condenação ideológica, à repressão policial-militar e à exclusão política. No Brasil, entre o último quartel do século XIX e as três primeiras décadas da era republicana, o pensamento e o comportamento conservadores foram profundamente afetados por certas contradições históricas e estruturais. Ao mesmo tempo que as classes possuidoras tentavam erigir uma ordem social competitiva normal⁸, timbravam em preservar ou em fortalecer privilégios sociais (com as iniquidades económicas, culturais e políticas correspondentes), herdadas da ordem social escravista. As condições histórico-sociais nem sempre favoreciam esse desígnio. Ou a instabilidade social solapava e destruía o equilíbrio da situação, como ele era definido de uma perspectiva conservadora; ou o poder de controle conservador, malgrado as facilidades persistentes, revelava-se insuficiente e inconsistente. A adaptação das classes possuidoras, não obstante, não se fez numa linha de aceitação gradual e de tolerância às inovações institucionais e às mudanças estruturais da ordem social. Primeiro, surgiu uma propensão bem definida a submeter as inovações e as mudanças sociais a uma espécie de filtragem sistemática. Alberto Torres equaciona teoricamente essa propensão, ao ligar a "restauração conservadora e reorganizadora" a uma seleção prévia rigorosa das inovações e das mudanças sociais⁹. O paroxismo dessa propensão, porém, só se concretizaria posteriormente. O golpe de Estado de 1964, por exemplo, evidencia de

*Em confronto com os padrões, as normas e os valores sociais das sociedades capitalistas hegemónicas da época.

⁹Cf. Alberto Torres, *O Problema Nacional Brasileiro*. Introdução a um Programa de Organização Nacional, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 3ª edição, 1938, passim.

forma típica que o pensamento e o comportamento conservadores não cedem terreno no plano político. As "soluções técnicas" são toleradas e aceitas: ou quando elas parecem ser politicamente "neutras"; ou quando existem meios para coibir ou neutralizar seus efeitos políticos que produzam impacto negativo sobre o monopólio conservador do poder.

O que vem a ser de veras importante, no contexto histórico, é que assim o poder político conservador sabotava e impedia a reforma universitária. De um lado, porque projetava as soluções técnicas formuladas numa área de impugnação ideológica e moral. Não podendo inquirir intrinsecamente aquelas soluções, com frequência apoiadas pelas experiências pedagógicas das nações capitalistas "avançadas", os círculos conservadores viam-se na contingência de forjar vulnerabilidades. Atacavam a posição dos próprios agentes ou defensores da reforma universitária, tentando desacreditá-los como "subversivos", "agitadores" ou "comunistas", e incriminá-los como "perturbadores da ordem pública". De outro lado, porque, ao proceder desse modo, se comprometia com o que pretendia evitar. O poder político conservador acabava tendo de avançar na direção da reforma universitária. Se não o fizesse, ficava sujeito ao descrédito e à desmoralização. Ao tomar uma bandeira que não era nem poderia ser sua, corrompeu a imagem da reforma universitária e moldou-a à sua feição. O que, finalmente, os círculos conservadores sancionavam, através da atuação do Estado ou dos seus próprios representantes nos corpos docentes e discentes, equivalia a uma contrafação. Como não podiam avançar até as soluções técnicas adequadas e imperiosas, adulteravam os meios e os fins de todo o processo, reduzindo a reforma universitária a um jogo de regras fixas, em que estão empenhadas as aparências das coisas, não a sua realidade histórica.

A irracionalidade do pensamento e do comportamento conservadores não procedia de fatores puramente pessoais. Embora tivesse raízes psicossociais fáceis de identificar, ela nascia de uma situação histórico-social que expunha o poder político conservador a uma terrível impotência. No fundo, ele se via prisioneiro de um círculo vicioso. As soluções técnicas conhecidas não podiam ser postas em prática, por serem incompatíveis

com suas próprias razões políticas. Essa circularidade, ao mesmo tempo estrutural e histórica, afetou a substância e a orientação das várias correntes em que se desdobrou o movimento da reforma universitária. A irracionalidade da posição conservadora deriva de sua debilidade política. Ao Exagerar o peso do elemento político, os círculos conservadores procuram resguardar-se das consequências previstas ou imprevistas das soluções técnicas. Por motivos opostos, os defensores da reforma universitária se viram tentados a cair em uma circularidade simétrica. Uns, exarcebando o fator procrastinado na reação conservadora, e levando as soluções técnicas à condição de pura magia. Incidiam, assim, em um erro crasso. Ignorando o elemento político e o fato de as soluções técnicas só serem possíveis sob composição aberta ou dissimulada com os círculos conservadores, acabaram fazendo o seu jogo político. Outros, querendo anular as vantagens da posição conservadora, exarcerbaram a importância relativa do elemento político. Adotaram uma estratégia que conduz à negligência ou à condenação simplista das soluções técnicas. Como não dispunham de meios para derrotar a curto prazo o poder político conservador em seu próprio terreno, não conseguiram nem quebrar nem abalar a ordem social existente. O pior é que repetiram, por motivos opostos, erros de ótica análogos aos cometidos pelos círculos conservadores. Convictos de que as soluções técnicas não lograriam viabilidade política, investiram sua atividade crítica na destruição das "estruturas universitárias arcaicas", convertendo a própria destruição em um processo predominantemente político. No momento em que os círculos conservadores modificaram sua estratégia, dando uma guinada na direção de uma reforma universitária de inspiração conservadora, os "ultra-radicais" não dispunham de um estoque de soluções técnicas alternativas, suscetíveis de dinamização política ao nível institucional. Em síntese, a rigidez estratégica e o dogmatismo político dos círculos radicais alimentaram, por várias razões, ajustamentos prejudiciais ao andamento e ao alcance da reforma universitária. Primeiro, porque a privou da contribuição intelectual criadora de seus agentes mais ardorosos e

intransigentes. Segundo, porque os comprometeu com arranjos variavelmente imediatistas, que levavam em conta as exigências do elemento político ao nível da sociedade global, mas subestimavam os avanços de ordem técnica, em sua maioria institucionalizáveis. Terceiro, porque ao negligenciar as soluções técnicas e as potencialidades especificamente institucionais de mudança, deixaram que o poder conservador mantivesse aí a sua iniciativa "técnica" e "política".

Tudo isso evidencia que a irracionalidade da situação histórico-social fez com que o cerceamento conservador envenenasse as forças socialmente construtivas da reforma universitária. O movimento de reforma universitária não saiu, em consequência, aviltado ou enfraquecido. Ele apenas sofreu uma perda de influência relativa direta e imediata. Assistia-se, de novo, a um processo social recorrente. No momento crítico de alguma alteração institucional profunda, os círculos conservadores assumem o controle político das inovações, solapando-as, deprimindo-as ou adulterando-as. Todavia, estamos numa era de mudança social acelerada. Mesmo que os círculos sociais conservadores consigam impedir que o movimento de reforma universitária contribua para alargar e aprofundar a desagregação de ordem social vigente, eles não possuem meios económicos, sócio-culturais e políticos para estabelecer o monopólio conservador do poder em bases monolíticas. Mesmo na linha da continuidade do capitalismo dependente, o padrão de desenvolvimento emergente colide com essa possibilidade histórica. Nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas, tal padrão de desenvolvimento dependente requer a criação de uma infraestrutura educacional e cultural que impõe um modelo de reforma universitária, que transcende aos limites e às esperanças do pensamento conservador. Embora as forças que sustentam internamente o movimento de reforma universitária defendam uma política educacional e cultural que se opõe, frontalmente, aos desígnios das influências externas, desencadeadas pela reorganização do espaço económico, social e cultural do mundo capitalista dependente, através das grandes organizações internacionais que encarnam o capitalismo

monopolista, esse fato possui implicações estruturais e dinâmicas que não devem ser ignoradas. O poder conservador enfrenta dois tipos de pressões: um interno, outro externo. A sua margem de conciliação e de contemporização é limitada. A previsão mais simples consiste em que, mesmo que tenha êxito na preservação de certas posições estratégicas, está condenado a uma crescente tolerância diante das soluções técnicas. Em um certo limite, acabará impotente para controlar tais soluções em termos próprios, tendo de aceitar formas de equacionamento político da reforma universitária extras e anticonservadoras.

De outro lado, é patente que o exclusivismo conservador concorre para reforçar as orientações preponderante ou unilateralmente políticas do movimento de reforma universitária. A mistificação conservadora engendra a anulação dos que confiavam na absorção institucional de soluções técnicas, independentemente de alterações drásticas da ordem social, e dos que ficavam a meio-termo, lutando simultaneamente, mas de forma equilibrada, ao "nível técnico" e ao "nível político". Desse ângulo, os proventos da "reforma universitária" conservadora constituem uma vitória de Pirro. Eles poderão forçar o esvaziamento daquele movimento. Mas, incentivando-o a evoluir numa direção bem mais perigosa para o poder conservador: o impasse e a frustração, sob o atual clima de opressão organizada e de violência sistemática, tenderão a concentrar a negação sobre a ordem social existente. Então, o movimento de reforma universitária se diluirá e desaparecerá. Ao diluir-se e ao desaparecer, porém, engendrará um movimento muito mais amplo, complexo e profundo, que se proporá a destruição da ordem social existente como condição e ponto de partida históricos de toda e qualquer reforma, inclusive da reforma universitária. Nos marcos dessa transformação, o protesto juvenil e a inquietação intelectual deixarão de manifestar-se isoladamente. A reforma universitária converter-se-á em objetivo secundário de movimentos sociais interdependentes. Em compensação, poderá realizar-se e desenvolver-se livremente, como um processo democrático de reconstrução da universidade de "dentro para fora".

O condicionamento recíproco

A análise feita demonstra que o movimento de reforma universitária começou como uma tentativa de reorganizar institucionalmente a universidade. Esse continua a ser o seu motivo central. Tal transformação, no entanto, não se tornou socialmente desejada apenas a partir de uma "crítica interna" da escola superior tradicional e da universidade conglomerada. A consciência de que estas instituições preenchiam mal a função de ensinar e não correspondiam a outras funções essenciais jogou enorme papel na formação e na difusão das avaliações críticas e negativas. Portanto, a sociedade, em suas necessidades fundamentais e em suas alterações em processo, sempre esteve presente na rejeição dos velhos modelos institucionais e na defesa, por vezes violenta e apaixonada, dos modelos institucionais que alcançaram preferência maciça e se acham em vias de implantação.

Todavia o movimento de reforma universitária logo se tornou um movimento de transformação da sociedade. De fato, ele provocou, em menos de uma década, o aparecimento de novas avaliações e de aspirações intelectuais, que punham a escola superior tradicional e a universidade conglomerada em questão. O repúdio, que era de poucos, generalizou-se e tomou conta dos espíritos. Impôs, mesmo, uma reviravolta na estratégia conservadora, que acabou avançando até a absorção das críticas radicais e a concretização parcial de suas reivindicações reformistas. Tudo isso apesar da resistência sistemática da maioria do corpo docente, de parte do estudantado e da indiferença do setor administrativo. O edifício que simbolizava as "estruturas universitárias arcaicas" começou a ruir, sem encontrar soldados que travassem batalhas decisivas. Estava condenado à morte, porque não possuía vinculações dinâmicas com a civilização urbano-industrial em expansão e consolidação. O que tenta renascer, através das ambiguidades de professores que defendem as antigas concepções pedagógicas e do próprio equacionamento conservador da "reforma universitária" não são aquelas estruturas. São certos hábitos e

avaliações que fazem parte de um horizonte intelectual entorpecido, que não se pode transformar com maior rapidez. De outro lado, porém, à força de procurar descobrir como adaptar-se à economia e à organização social de uma sociedade de classe em constituição (e, por isso, em permanente ebulição e em mudança), a universidade desembocou naquilo que se poderia chamar de uma nova tradição intelectual. Em primeiro lugar, os valores e as orientações espirituais, que tendem a prevalecer, representam-se como uma "força ativa". A nova universidade não só quebrou o imobilismo preexistente: pôs em seu lugar disposições contrárias, que visam conferir à universidade funções construtivas, dentro do complexo padrão emergente da civilização urbano-industrial. Em segundo lugar, o movimento de reforma universitária foi mais longe e alimenta esperanças de que a universidade nascente seja um foco de pensamento crítico e de renovação cultural. Em todas as suas correntes predomina a mesma expectativa básica: que a universidade se liberte das tutelas externas e se afirme como um centro de criação de conhecimentos originais, desdobrados em todas as direções do saber, principalmente das formas de saber associadas à ciência, à tecnologia científica e à reflexão crítica sistemática. Em terceiro lugar, o maior êxito daquele movimento não aparece na vitória relativa, que conquistou tão rapidamente contra estruturas e concepções arcaicas. Surge, na direção que propõe e defende com tenacidade, de impregnar a vida universitária renascente com os valores intelectuais e morais de um estilo devida plenamente democrático. A "reconstrução da universidade", deste ângulo, significa substituição de concepções, valores e estruturas autoritários e oligárquicos por concepções, valores e estruturas democráticos e igualitários. Foi por isso que o movimento de reforma universitária entrou em choque frontal com o pensamento e com o comportamento conservadores. Ele tinha de impor-se a negação, a destruição e a superação da ordem social existente, na medida em que não pôde orientar-se de outro modo, sem sacrificar suas aspirações e seus objetivos mais caros e profundos. Acomodar-se às pressões e às composições conservadoras seria o mesmo que trair-se,

relegando ou pervertendo os ideais democráticos que dão sentido à sua existência e legitimidade ao seu impacto revolucionário.

Por si mesmas, as conexões apontadas não significam que a universidade integrada e multifuncional conseguirá criar uma sociedade à sua imagem. Isso seria impossível. Contudo, elas permitem retomar a problemática que resulta da ideologia e da utopia da reforma universitária de um ponto de vista mais amplo. Ao que parece, desaparecidas, amortecidas ou anuladas as compulsões críticas e de rejeição da ordem social existente, que animam o movimento de reforma universitária¹⁰, não desaparecerão, não se amortecerão nem se anularão as técnicas, os ideais e os valores que ele propõe. Tanto ao nível da educação escolarizada, quanto ao nível da produção, divulgação e aplicação dos conhecimentos, essas técnicas, ideais e valores se incorporarão à cultura universitária em elaboração. Em síntese, eles farão parte da mentalidade universitária, que está sendo constituída, e da universidade, que está sendo reconstruída.

Deste ângulo, percebe-se a relação da universidade nascente com os dinamismos da sociedade global e de sua civilização. O movimento de reforma universitária eclodiu em uma fase de transformações críticas de nosso país. A coincidência não é fortuita. Ela resulta de vinculações profundas: ao propor um novo tipo de universidade, estava-se respondendo à necessidade de mudar a própria relação do homem com a educação e com a cultura. A universidade integrada e multifuncional não é uma construção artificiosa de intelectuais desarraigados e dissidentes. Ela é uma resposta, a um tempo "estrutural" e "histórica", às exigências de um padrão de civilização, cuja assimilação está desencadeando uma revolução econômica, social e cultural na sociedade brasileira. Em que sentido e dentro de que limites a universidade nascente poderá servir como força dinâmica institucionalizada dessa revolução, é algo que vai depender da evolução dos conflitos que agitam a cena histórica brasileira. Se prevalecer

¹⁰Essa é uma hipótese que não deve ser perdida de vista. Na medida em que o movimento de reforma universitária conseguir alcançar seus fins, ele será absorvido pela sociedade e desaparecerá, historicamente, como processo social.

o equilíbrio definido pelo poder conservador, o avanço será considerável. Mas ficará contido pelo padrão de desenvolvimento acelerado dependente, imposto a partir de fora, através da irradiação do capitalismo monopolista sobre o "terceiro mundo". Se prevalecerem as soluções alternativas mais arrojadas e especificamente revolucionárias, que levariam ao capitalismo de Estado ou ao socialismo, o avanço será completo (dentro das "probabilidades históricas brasileiras"). A universidade deixará de ser um elo institucional nas relações de dependência educacional e cultural — atuará como uma agência de autonomização educacional e cultural, convertendo-se em fator de equilíbrio e de crescimento do padrão de civilização absorvido.

Essas alternativas são clarificadoras. Elas definem as linhas de rejeição do presente e de construção do futuro em termos do que a universidade deverá ou poderá representar segundo as opções históricas possíveis. Ambas as alternativas exigem uma universidade plurifuncional, de estrutura democrática, dotada de dinamismos educacionais e culturais de profundo teor expansivo e transformador. No entanto, existe uma linha divisória entre elas e que não vem sendo cabalmente discernida pela massa dos participantes do movimento de reforma universitária. O "desenvolvimentismo", por mais puro e exacerbado que seja, só é revolucionário nos limites em que o novo padrão de desenvolvimento colide com as "estruturas arcaicas" da sociedade brasileira. Ele permitirá melhor integração nacional da economia capitalista, do regime de classes e do Estado democrático, inerente à ordem social competitiva. Projetará, portanto, a universidade brasileira em um contexto histórico mais exigente e absorvente. Entretanto, não trará em seu bojo as potencialidades do desenvolvimento educacional e cultural auto-sustentado. Estas se definem, em suas várias gradações, através de um desenvolvimento nacionalista ou das opções socialistas. Nesse limmite, o *elemento político* não operará como barreira ao *elemento técnico*. Ao contrário, à política caberá intensificar as soluções técnicas "possíveis" e promover o fomento das soluções técnicas "impossíveis". Em tal contexto histórico, a universidade

brasileira não seria, apenas, projetada na esfera do que é necessário porque é *útil* ou *indispensável*. Ela se converteria em instrumento de preparação do homem comum para a era da civilização urbano-industrial, e em suporte dinâmico de um padrão autônomo de desenvolvimento educacional e cultural, lastreado por consenso democrático em interesses, aspirações e decisões do povo brasileiro.

É difícil prever, nas circunstâncias atuais, qual será o grau de vitalidade e de tenacidade das diversas correntes que compõem o movimento de reforma universitária. Tanto pode ocorrer que as facções mais radicais sejam afogadas na apatia dominante, vitimadas pela inércia cultural do meio e pelo cerceamento conservador. Quanto pode suceder que as forças de renovação, desencadeadas pela ciência, pela tecnologia moderna e pela inquietação dos jovens ou dos oprimidos, exerçam uma influência construtiva sobre o radicalismo universitário, amadurecendo-o, tomando-o mais exigente e responsável, e impulsionando-o na direção de escolhas políticas consequentes. Aconteça o que acontecer, uma coisa é certa e irreversível. Ele não só modificou as representações correntes sobre o "ensino superior" e o que "deve ser a universidade". Lançou as raízes de um novo relacionamento da universidade com a sociedade, fazendo da reforma universitária o ponto de partida de uma revolução intelectual de consequências previsíveis, mas inestimáveis.